

Como estamos?

Orçamentos

MEC - Universidades/CAPES

MCTI - CNPq/FNDCT



Outubro 2021

Orçamento 2021

PLOA aprovado (total) R\$ **4,3 trilhões**

1,6 trilhão - Refinanciar a dívida pública

1,1 trilhão - Seguridade Social (aposentadoria)

1,4 trilhão - Custeio da máquina pública federal

144,4 **bi** - investimentos

Fonte: Agência Senado

Dívida Bruta (% PIB): 2020: 88,8% e 2021: 86,7%

Contas Setor Público: + 24,26 bi (2021) (16 só no GF)
- 94,3 bi (2020)



Cortes e bloqueios

Em abril/21, foram vetados R\$ 19,8 bilhões em despesas primárias. O decreto 10.686/21 cortou R\$ 9,3 bilhões das despesas discricionárias principalmente do MEC, que teve R\$ 2,7 bilhões bloqueados. O orçamento do MEC foi liberado em junho e julho - R\$ 1,17 bilhão e R\$ 1,55 bilhão, respectivamente.

Fonte: Agência Senado e Ministério da Economia

Fonte: Câmara

Ministério da Educação

Orçamento 2020

R\$ **71,9** bilhões gastos com pessoal e benefícios: **51% do total**

R\$ **45,7** bilhões com "demais" (complementação federal do Fundeb, salário-educação, Fies e despesas obrigatórias FNDE): **32% do total**

R\$ **23,1** bilhões com despesas discricionárias: **16% do total**

R\$ **1,4** bilhão com emendas: **1% do total**

LOA 2021

R\$ **77,2** bilhões gastos com pessoal e benefícios: **53% do total**

R\$ **47,7** bilhões com "demais" (complementação federal do Fundeb, salário-educação, Fies e despesas obrigatórias FNDE): **33% do total**

R\$ **19,8** bilhões com despesas discricionárias: **13% do total**

R\$ **1** bilhão com emendas: **1% do total**

MEC

2019/20 - Corte de 25% no orçamento **das Universidades Federais**

2021 **Corte de 1,1 bi (18%) e Bloqueio de 2,7 bi inicial**
Desbloqueado em junho e julho - R\$ 1,17 bi e R\$ 1,55 bi

Investimentos

Bolsonaro = 7,2 bi versus Temer = 13,5 bi (**Menos 47%** ou 6,3 bi)

Universidades Federais

Aumentou número de matrículas (2015-2020): + 10 %

Aumentaram os Gastos com pessoal (2010 - 2020): + 11% em média

Diminuíram as verbas de Custeio: recuo de 20,6 bilhões (Temer + Bolsonaro)

UFSC

Custeio (**- 18%**): 140 milhões/2020 para 115 milhões/2021

Após desbloqueio de jun e jul, todo orçamento está disponível para uso

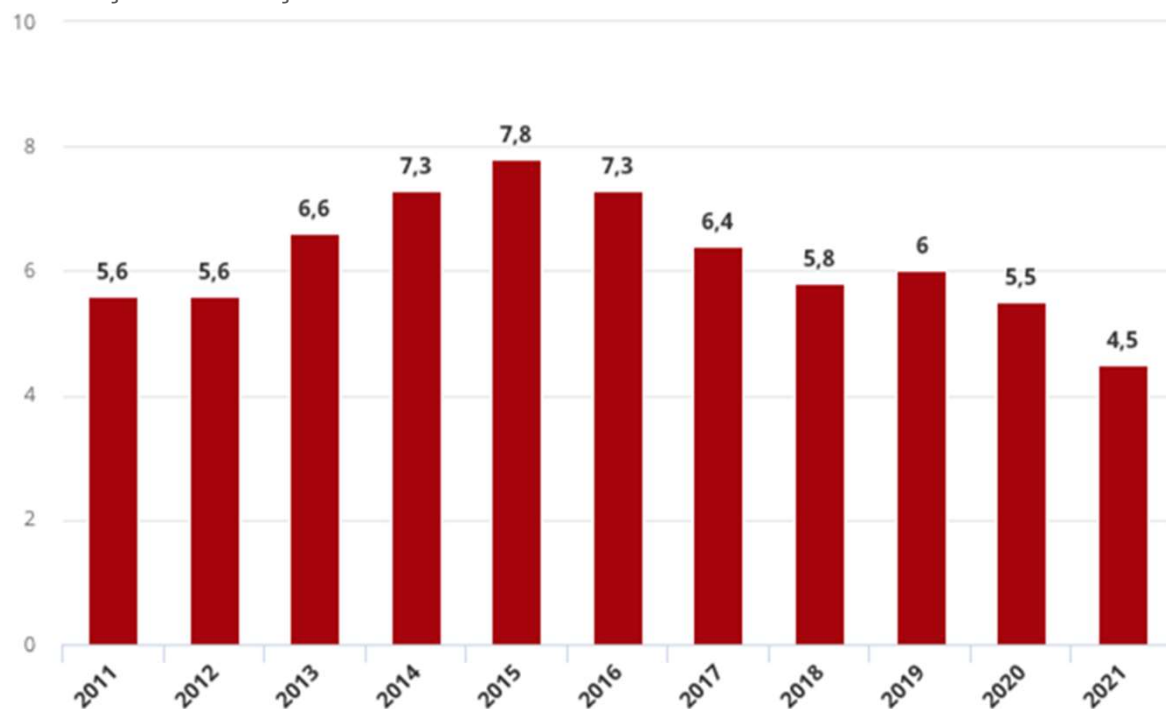
Salários foram desbloqueados em 8/10 por meio da portaria 12.127

Orçamento da UFSC

	2021				
GRUPOS DE CONTAS	ORÇAMENTO TOTAL (a+b+c)	VALORES CONDICIONADOS REGRA DE OURO	BLOQUEIO MEC Decreto nº 10.686/2021	LIBERADO PARA USO (Total - Condicionado)	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.438.641.433,00	625.715.988,00 179.339.927,00		1.438.641.433,00	
PRECATÓRIOS	24.134.406,00	0,00		24.134.406,00	
BENEFÍCIOS SOCIAIS	45.533.993,00			45.533.993,00	
CUSTEIO	115.643.847,00	69.070.095,00	-21.746.818,00 -12.586.724,00	R\$115.643.847,00	-18% em relação a 2020
CAPITAL	2.933.562,00			2.933.562,00	
RECURSOS PRÓPRIOS	39.499.701,00			39.499.701,00	
EMENDAS PARLAMENTARES	1.250.000,00			1.250.000,00	
	1.667.636.942	179.339.927,00	-21.746.818	1.667.636.942,00	

Orçamento das universidades federais

Valores (em bilhões) representam recursos absolutos **discricionários** (custeio + capital), disponíveis para investimentos, sem correção da inflação.



Fonte: Andifes

Em 11 anos, orçamento do MEC para as universidades federais caiu 37%. A queda afeta recursos destinados a investimentos e despesas correntes, como pagamento de água, luz, segurança, além de bolsas de estudo e programas de auxílio estudantil. A análise não inclui os recursos para salários e aposentadorias, que são despesas de pagamento obrigatório.

Orçamento para assistência estudantil

Em milhões



Fonte: MEC (com valores atualizados pelo IPCA)

O GLOBO

Orçamento em queda Foto: Editoria de arte

Paga auxílios como alimentação, transporte, médico e moradia

2021 - R\$ 865 milhões é o menor da década, com queda de 31% em relação a 2020.

2015 - R\$ 1.25 bi (o pico)

Na última década, as matrículas nas universidades federais aumentaram em 60%

(valores atualizados pelo IPCA)

CAPES

Coordenação de
Aperfeiçoamento de
Pessoal de Ensino Superior

Orçamento de 3 bi em 2021 para apoiar PG e EB - 28% menos que o de 2019

Em 2021, 33,5% do orçamento está condicionado à quebra da Regra de Ouro.

Recursos para **bolsas de PG diminuíram 10%** e os de bolsas destinadas à **Educação Básica caíram 28%** em relação a 2020

Com os R\$ 1,4 bilhão garantido para bolsas de Pós-graduação, a Capes só é capaz de assegurar **oito meses de pagamento**.

Capes tem déficit de R\$ 124 mi para pagar bolsas de formação docente até fim do ano

Os pagamentos de setembro já estão atrasados e dependem de aprovação de crédito suplementar no Congresso — o texto em trâmite, no entanto, não garante os recursos necessários até o final de 2021.

Um PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional), de autoria do governo Jair Bolsonaro, está no parlamento desde o fim de agosto e prevê R\$ 43 milhões para a Capes, mas só garante os pagamentos já atrasados, referentes a setembro.

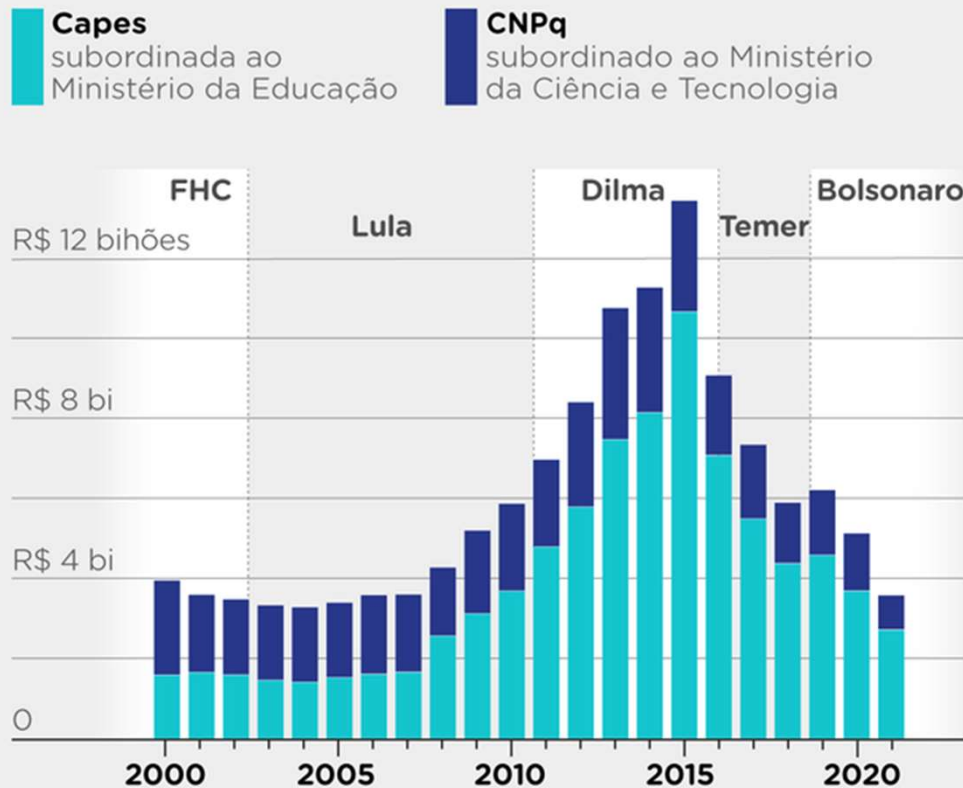
O órgão, ligado ao MEC precisa de mais R\$ 124 milhões para arcar com as bolsas de outubro, novembro e dezembro. [...]

A aprovação de créditos suplementares tem sido necessária porque **o orçamento deste ano foi encaminhado pelo governo, e depois aprovado pelo Congresso, já com a previsão de déficit.**

[Leia mais na Folha de S. Paulo - 18/10/2021](#)

Orçamento empenhado da Capes e do CNPq

Corrigido pelo IPCA para valores de 01/21



Fonte: Siop, Ministério da Economia.

NEXO

- Somados, Capes e CNPq tiveram, desde 2015, **redução real de 9,8 bi** em seus orçamentos.
- O valor de 3,6 bilhões de orçamento em 2021 representa, já considerando a inflação, **redução de 73,4% com relação a 2015**, e é o resultado de sucessivos cortes que ocorreram no segundo governo Dilma e nos governos Temer e Bolsonaro.
- **93,8% do orçamento da Capes e 70,9% do CNPq** são destinados a bolsas de estudo, capacitação, e fomento da ciência.

Fonte: Nexo

**Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações**

MCTI

Orçamento de 2021 teve **corte de 29%** em relação ao ano anterior (**de 11,8 bi para 8,07 bi**). Em 2020, a verba já era **50% menor** do que em 2013

Em 15/10, Bolsonaro sancionou a lei que promoveu **corte de cerca de R\$ 600 milhões em crédito suplementar** que seria destinado ao MCTI.

Lei previa R\$ 690 milhões em crédito suplementar para o órgão; valor foi redistribuído a outros ministérios, restando R\$ 89,8 milhões à Ciência.

FNDCT Fundo Nac. Desenvolvimento da C&T

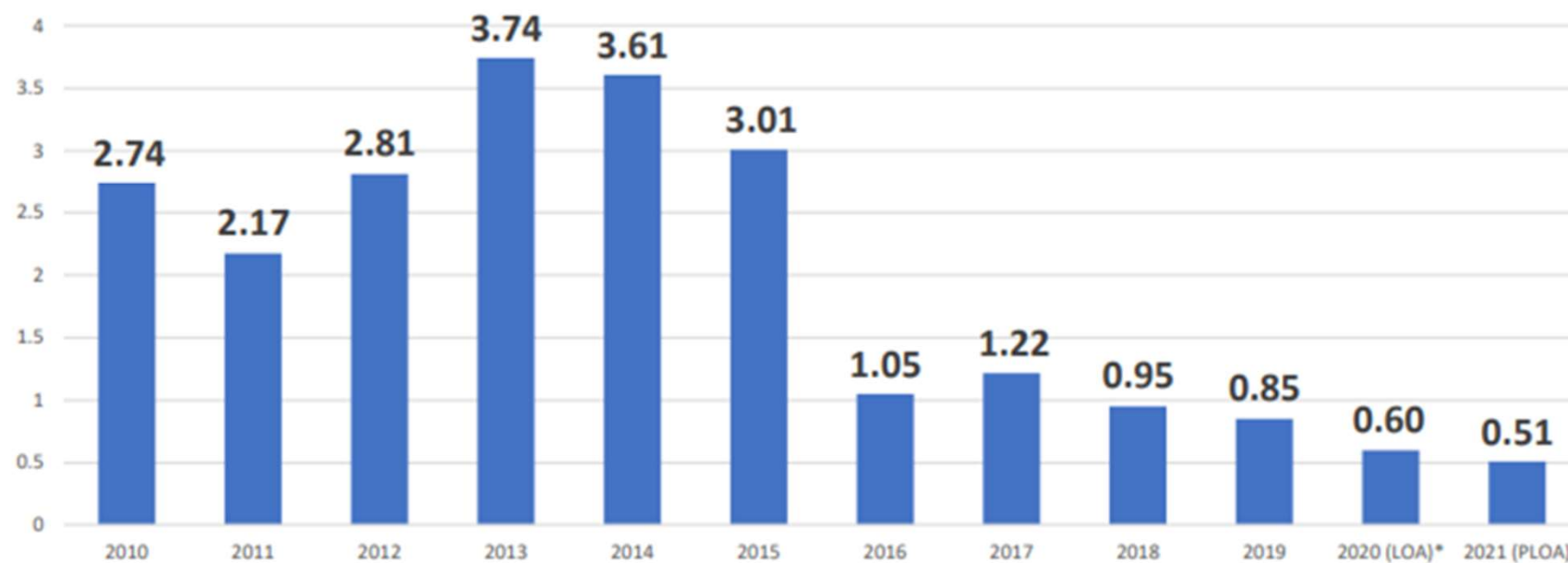
Previsão de arrecadação 5,5 bilhões (mas c/ contingenciamento):

2006 a 2020 - Cerca de 25 bi contingenciados; Queda de 31% em subvenção econômica (36,5 bi).

FNDCT tem R\$ 2,7 bi esperando para serem liberados e utilizados em 2021

Receberia 95% dos R\$ 690 mi originalmente destinados ao MCTI

Orçamento FNDCT Não Reembolsável Descontingenciado (R\$ Bilhões)



* O orçamento descontingenciado para 2020 foi de R\$ 600 milhões, no decorrer do ano de 2020 foram adicionados R\$ 333,5 milhões para o combate ao Covid-19

Fonte: SBPC

CNPq

Orçamento 2021 = 1,04 bi (cortes de 114 mi)
(2017 = 1,5 bi) fomento à pesquisa e bolsas.

Em Julho/21: bloqueou 116 mi / EC95

GRAVE: PLN 16 suplementava R\$ 690 milhões para o MCTI (a maioria dos recursos era para o CNPq), mas o Governo alterou proposta e subtraiu R\$ 600 mi para outros ministérios

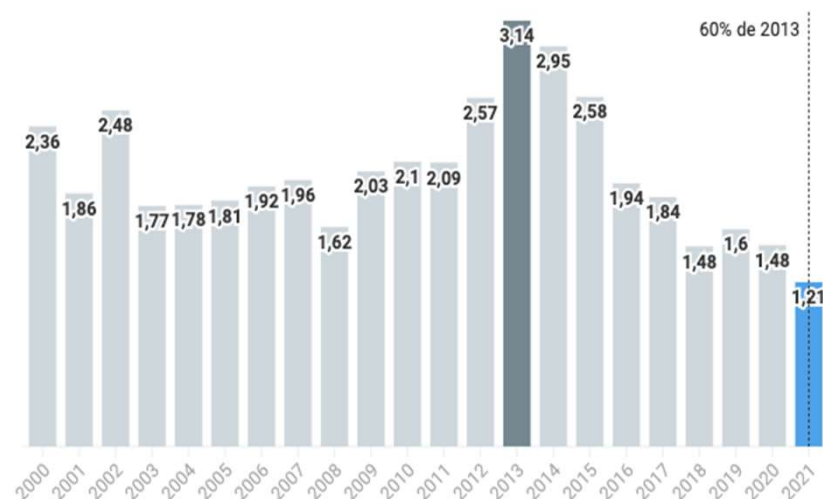
Bolsas - 2015 = 100 mil bolsas / 2021 = 79 mil bolsas

Em dez anos, número de bolsas ofertadas pelo CNPq caiu 68% para mestrado e 80% para doutorado

Valores Bolsas: R\$ 1.500 para mestrado e R\$ 2.200 para doutorado não sofrem reajustes há 8 anos - defasagem acumulada de 60% desde último reajuste em 2013

Dados CNPq

Valor atualizado do orçamento anual do CNPq (em bilhões de R\$)



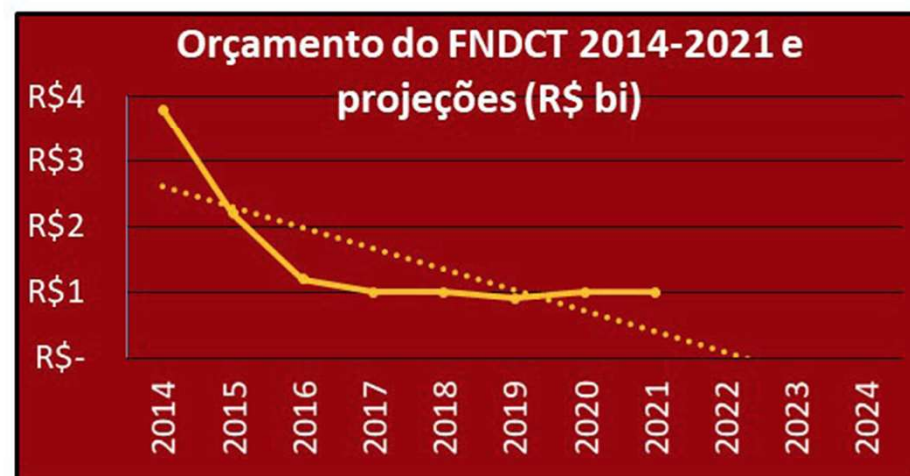
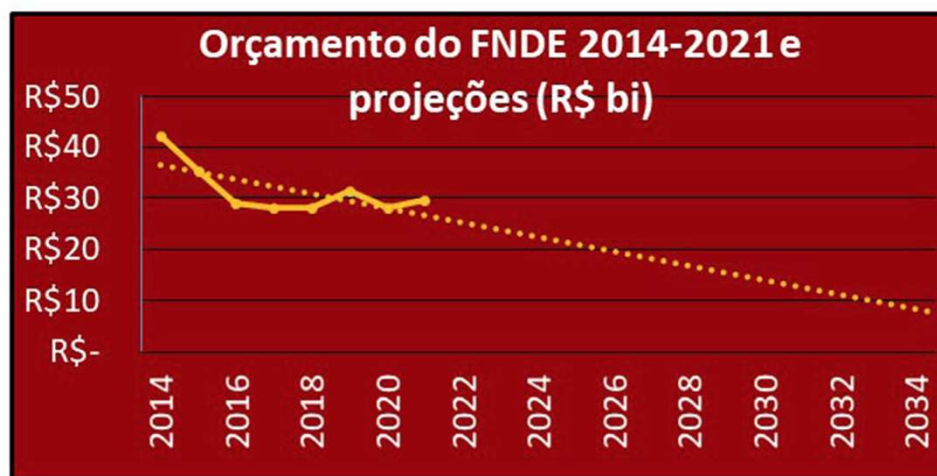
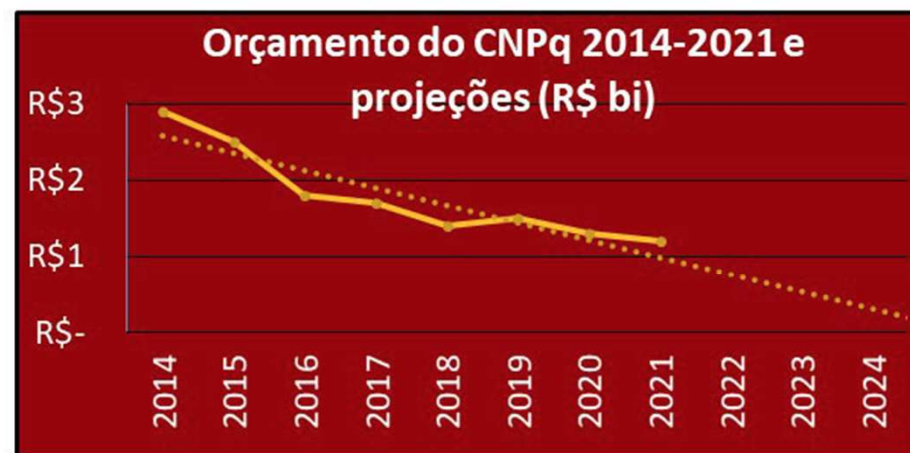
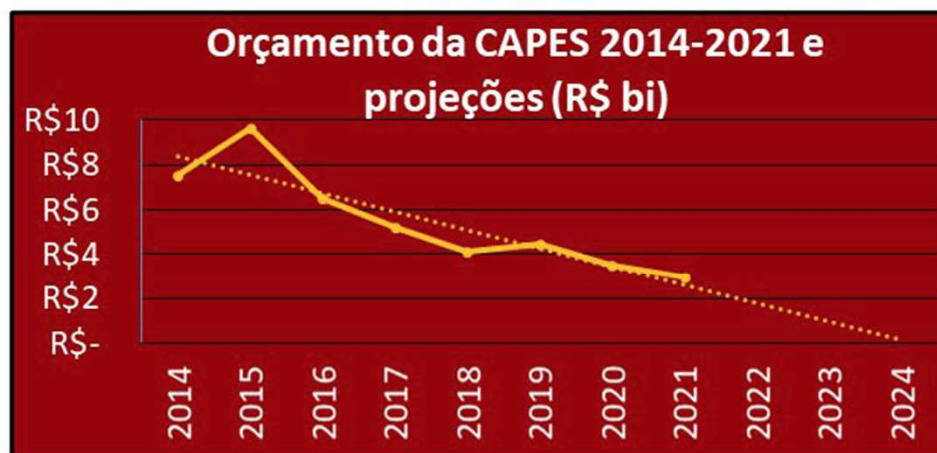
Quantidade de bolsas de CNPq para pós-doutorado caem pela metade entre 2011 e 2020

Em 2020, foram ofertadas 10 mil bolsas a menos para a pós-graduação pelo órgão



Fonte: Siop (com valores atualizados pelo IPCA) e CNPq

Orçamentos e projeções das agências de fomento e fundos nacionais



**Como será o
próximo ano?**

Orçamento 2022 chega com déficit de R\$ 49,6 bi

O Congresso Nacional começa a analisar a proposta de Orçamento da União para **2022**. O texto enviado pelo Executivo **prevê um déficit de R\$ 49,6 bilhões** nas finanças do governo federal. Já para o produto interno bruto (PIB), a proposta estima um crescimento de 2,51% em relação a 2021. O salário mínimo deve subir para R\$ 1.169,00. O texto destina R\$ 34,7 bilhões ao programa Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família.

O resultado primário negativo registrado no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA – PLN 19/2021), de R\$ 49,6 bilhões, equivale a 0,5% do PIB, estimado para 2022 em R\$ 9,397 trilhões. É uma projeção bem melhor do que a de 1,8%, ou R\$ 170,5 bilhões, estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2022 - Lei 14.194, de 2021).

Segundo as Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados, a diferença entre os resultados primários projetados pela LDO e pelo Orçamento de 2022 decorre principalmente da reestimativa da receita líquida feita pelo governo federal, que foi elevada dos R\$ 1,450 trilhão da LDO para R\$ 1,593 trilhão no PLOA 2022.

[Leia mais.](#)

Orçamento do MEC para 2022 é 7% maior que o deste ano, mas ainda inferior a 2020

O Ministério da Economia detalhou no dia 31 de agosto como será feita a divisão dos R\$ 98,6 bilhões disponíveis para as despesas discricionárias no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2022. O maior orçamento discricionário para o próximo ano será o do Ministério da Educação, com R\$ 21,2 bilhões, seguindo pela Saúde, com R\$ 17,3 bilhões. Na sequência aparecem a própria Economia (R\$ 12,1 bilhões) e a Defesa (R\$ 11,8 bilhões).

No dia 17 de agosto, ao participar da Comissão Mista de Orçamento, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, já tinha antecipado o valor direcionado para despesas não-obrigatórias no orçamento do ano que vem. Os R\$ 21,2 bilhões representam um aumento de 7,2% em relação aos recursos deste ano, de R\$ 19,8 bilhões. Despesa discricionária é a não obrigatória (investimento, por exemplo). Será a primeira vez que esses gastos terão um crescimento nas contas da educação desde 2018.

Ainda assim, as despesas discricionárias de 2022 serão menores do que as de 2020, quando chegaram a R\$ 22,9 bilhões. Milton Ribeiro reclamou que os gastos obrigatórios têm pressionado as outras despesas. O orçamento do ministério em 2021 é de R\$ 145,7 bilhões, mas a maior parte vai para gastos com pessoal (R\$ 77,2 bilhões) e com transferências para complementação do Fundeb (R\$ 19,6 bilhões).

[Leia mais.](#)

Obrigado!

